

## **SURDIDADE(S): CORPOS SURDOS ATRAVESSADOS POR MÚLTIPLAS LINGUAGENS**

Alex Sandrelanio dos Santos Pereira<sup>1</sup>

*Resumo:* Os Estudos Surdos, em suas diversas abordagens teóricas e disciplinares, realizaram um deslocamento importante no reconhecimento do ser surdo enquanto ser sociocultural centrado na língua de sinais (PERLIN, 1998; QUADROS, 2008; REBOUÇAS, 2009), que o Estado brasileiro reconheceu na Lei 10.436/2002. Partimos do pressuposto teórico da existência de múltiplos sujeitos atravessados pela Surdidade (PADDY, 2013) que sofre sobreposição de outras identidades sociais marcadas pela raça, gênero, pessoa com deficiência em diversos grupos socioculturais espalhados pelo Brasil. Essa comunicação é parte do projeto de tese “LÍNGUA DE SINAIS DAS PESSOAS NEGRAS SURDAS EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO SERTÃO DA BAHIA” cujo objetivo é compreender de que forma a Língua Brasileira de Sinais (Libras) sofre transformações para acolher a base cultural da comunidade (ou não), criando sinais contracoloniais. A proposta de pesquisa encontra na Etnometodologia a perspectiva teórico-metodológica para a condução das técnicas de coletas e interpretações dos dados” (COULON, 1995). A pesquisa se encontra na sua parte inicial de levantamento da base teórica em confluência com a proposta do programa, suas linhas e suas disciplinas, levando, inevitavelmente, a reestruturação do projeto inicial. Espera com essa pesquisa o alargamento teórico da língua de sinais no Brasil, pois será (re)contextualizada e atualizada em razão da confluência com o território quilombola e suas produções simbólicas.

*Palavras-Chave:* Surdidade. Raça. Gênero. Contracolonização.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Letramento, Identidades e Formação de Educadores. Orientadora: Profa. Dra. Lícia Maria de Lima Barbosa. Endereço eletrônico: lbarbosa@uneb.br.

## INTRODUÇÃO

Pensando a Educação das pessoas surdas no Brasil, é possível perceber que esta vem passando por transformações jurisdicacionais importantes, atendendo a pressões que os movimentos sociopolíticos das comunidades surdas apontam como fundamentais no seu processo de escolarização.

Um fato relevante que aconteceu no último trimestre de 2020 foi a edição do decreto nº 10.502/2020, que institui a “Nova Política Nacional da Educação Especial” e que ilustra o quanto esses movimentos sociais vêm pautando suas bandeiras políticas de forma contundente.

Ao contrário dos outros movimentos sociais das pessoas com deficiência que se posicionam divergentes ao decreto, doutoras surdas e doutores surdos, conjuntamente com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), manifestaram adesão ao que ali é proposto para a educação inclusiva, em razão de existirem diversos dispositivos legais que atendem a suas especificidades linguísticas, de maneira expressa.

A ampliação desses movimentos sociais surdos pode ser pensada a partir do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de que a forma como a comunidade surda brasileira se comunica e se expressa é uma língua (Lei 10.436/2002), e a sua regulamentação foi orientada pelo Decreto 5.626 de 2005.

O mencionado decreto 5.626, de 2005, é o primeiro dispositivo legal que vai apontar a necessidade de pensar a formação acadêmica objetivando a qualidade dos processos pedagógicos de prestação educacional a pessoas surdas, determinando que as instituições de ensino superior insiram o componente curricular Libras (Língua Brasileira de Sinais), como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciaturas e Fonoaudiologia,

podendo ser optativa ou obrigatória nos demais cursos universitários.

Como minha Licenciatura foi de 2000 a 2003, não havia a disciplina Libras e nem circulava, na minha faculdade, qualquer discussão sobre Educação das Pessoas Surdas e/ou outras pessoas com deficiência; hoje, é quase impossível isso acontecer.

No entanto, como eu já tinha amigos surdos desde a minha adolescência, em Juazeiro-Bahia, busquei, no meu estágio, atuar em uma escola de educação especial que atendia a uma estudante surda (hoje professora universitária da Universidade Federal do Semiárido — UFERSA), a qual acompanhei também enquanto professor particular durante um ano, até mudar para Salvador (BA), onde assumi o cargo de professor da rede pública municipal. Na capital baiana, estou atuando na Educação da Pessoa Surda desde 2004, tanto no ensino quanto na pesquisa.

Na pesquisa, quando assumi a coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisas Sons no Silêncio (GEPSS), decidimos focar nas questões raciais que atravessam os estudos surdos baianos. Tomamos como primeira propositura a construção de um trabalho aproximando os dois campos, a partir de um relato de experiência em que as questões que envolviam os processos educativos de estudantes surdas e surdos soteropolitanos fossem visibilizados.

Esse deslocamento para pensar as questões raciais e surdez são orientados por estarmos em um território educacional em que a maioria das/dos estudantes surdas/surdos são negras/os, assim como sou filho de pai negro e mãe branca e me casei com uma mulher negra quilombola do Acupe de Santo Amaro-Ba, com quem divido também essas preocupações epistemológicas e docência em território surdo.

Como o território em que atuo na docência e na pesquisa é um centro de referência edificado pela articulação da sociedade

civil organizada para pensar processos educativos em diálogos constantes com a Pessoa Surda (Associação Educacional Sons no Silêncio — AESOS), várias famílias de pessoas surdas do interior buscam a instituição com o objetivo de que seus filhos e filhas tenham acesso a uma educação curricular bilíngue (Libras como a língua de instrução e a língua portuguesa na sua modalidade escrita). Isso representa um sofrimento imenso, tanto para a família quanto para a pessoa surda que se veem obrigados a tentar a “sorte” na capital para poder obter uma “melhor educação”.

Com base nessa constatação busquei, no meu mestrado, entender como se dava o processo educativo para estudantes surdas e surdos em uma cidade-ilha no interior da Bahia, onde pude, a partir dos referenciais dos estudos culturais surdos e da perspectiva de Educação Popular, dentro de um programa que estimulava metodologias participativas e interventivas, realizar uma etnografia do espaço escolar e, durante a aplicação das técnicas metodológicas, conjuntamente com os sujeitos da pesquisa, produzimos diálogos culturais entre a Libras e a comunidade de ouvintes da escola, fortalecendo os fluxos culturais e os vínculos de pertencimentos sociocomunitários entre a comunidade surda local e a comunidade ouvinte, inclusive seus próprios familiares.

Durante minhas observações da pesquisa de mestrado e no processo de amadurecimento teórico e metodológico no Grupo de Estudos e Pesquisas Sons no Silêncio (GEPSS), mais especificamente nas relações raciais desiguais, um aspecto pode ser observado nesse processo de imigração de estudantes surdos e surdas para a AESOS, o qual trago como reflexão nesse caminho de pesquisa: o fato de ainda não termos recebido nenhuma surda e nenhum surdo de comunidades tradicionais quilombolas.

Um dos seminários produzidos pelo grupo de pesquisa, que aconteceu na Universidade Católica de Salvador, teve como tema

“Diálogos Contemporâneos da Educação dos Surdos na Diversidade: Etnicidade, Gênero e subjetividades”, marcando uma virada epistemológica importante que o grupo vinha/vem fazendo no que tange à compreensão/produção/construção do real para a educação das pessoas surdas baianas.

É nesse diálogo que a pesquisa, orientada por compreender outras formas de ser surdo no mundo (outras surdidades), a partir de práticas de linguagem e de narrativas educacionais em espaços quilombolas, converge com a linha de pesquisa “Linha 2: Letramento, Identidades e Formação de Educadores”, que intersecciona questões linguísticas, raciais, de gênero, de deficiência com novos horizontes interpretativos que vão ressonar nos espaços educacionais escolares.

## **QUESTÃO DE PESQUISA, FONTES INICIAIS E ESTADO DA ARTE**

A inclusão da pessoa surda é reivindicada pelos movimentos surdos através das escolas e classes bilíngues, defendendo que 95% das pessoas surdas são filhos e filhas de pais e mães ouvintes não usuários da Libras, o que impede o desenvolvimento sociolinguístico destas pessoas, se não tiverem uma educação de qualidade em que a Libras seja sua base instrucional e língua materna (SKLIAR, 1997).

Embora o cerne esteja na língua de sinais, a educação bilíngue das pessoas surdas envolve um emaranhado de conceitos, construídos ao longo do tempo, assim como implica o deslocamento de pessoas surdas (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) para buscarem escolas que possam prestar serviços educacionais específicos, o que leva muitas famílias a abandonarem suas comunidades para buscarem esses serviços (geralmente disponibilizados em grandes centros urbanos).

O problema maior dessa concepção não é a luta política da comunidade surda por uma educação específica e de qualidade voltada para a pessoa surda que tenha a Libras como língua de instrução, mas a construção hegemônica de uma única possibilidade de inclusão educacional desses sujeitos que, obrigatoriamente, esteja vinculada à educação escolar.

Diante dessas reflexões, cabe questionar: E as pessoas surdas brasileiras que vivem outros modelos civilizatórios e com outros sistemas linguísticos que não seja a Libras? Como acontece a relação ensino-aprendizagem nessas comunidades? Como as famílias, juntamente com a pessoa surda, constroem suas interações linguísticas e valores de pertencimento sociocomunitários? Como a comunidade de quilombolas constitui e reconhece uma pessoa surda enquanto membro?

Nesse sentido, a pergunta epistemológica é:

*Como as pessoas negras surdas, pertencentes às comunidades quilombolas, participam dos processos sociohistóricos da comunidade?*

Com essas questões, pretendo construir um quadro teórico-analítico que ajude a descrever e interpretar o processo de pertencimento das pessoas negras surdas em comunidades quilombolas que vivenciam outros processos civilizatórios, valorizando a língua de sinais dessas comunidades, como força de resistência ao processo monolíngue em curso com o projeto colonial do poder, do saber e do ser.

Para que esse movimento seja possível, farei uso de uma triangulação teórico-metodológica com os Estudos Surdos, os Estudos da Linguística Aplicada Crítica e os Estudos Decoloniais.

Os Estudos Surdos, em suas diversas abordagens teóricas e disciplinares, realizaram um deslocamento importante no reconhecimento do ser surdo enquanto ser sociocultural centrado

na língua de sinais (PERLIN, 1998; QUADROS, 2008; REBOUÇAS, 2009), que o Estado brasileiro reconheceu na Lei 10.436/2002.

É a partir da Libras que se traça a história da educação da pessoa surda no Brasil; um conceito bastante consolidado nos estudos surdos que narra o surgimento da Libras a partir da chegada de um surdo francês, em meados do século XIX, fundando o que hoje é conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Outro ponto para o qual chamo atenção é a compreensão de inclusão educacional centrada no bilinguismo, que é a Libras enquanto língua de instrução e o Português, na sua modalidade escrita, como sendo a segunda língua que vem mobilizando a comunidade surda brasileira para que o Estado brasileiro não feche as escolas bilíngues existentes, como a marcha à brasileira, ocorrida em 2011, como foi descrito em um artigo publicado em 2014 pelas surdas Ana Campelo e Patrícia Rezende (CAMPELLO; REZENDE, 2014, p. 78).

Esses pilares, Libras e bilinguismo, são aspectos fundamentais para promover uma inclusão educacional concatenada com os movimentos socioeducacionais de pessoas surdas no Brasil e seu aparato jus-educacional.

Não é por acaso o enfrentamento entre as pessoas com deficiência para definir o que seja inclusão educacional dentro deste modelo civilizatório colonial; e, na luta contra esse sistema-mundo, diversas categorias analíticas que se façam necessárias, surgem.

Entre as diversas categorias analíticas que os Estudos Surdos produziram para ler a realidade sociocultural, na disputa em que vivem com os ouvintes, duas são aqui ressaltadas para a compreensão do projeto: Ouvintismo e Surdidade.

A categoria analítica “Ouvintismo” foi desenvolvida nos construtos teóricos do professor Carlos Skliar, cujo objetivo foi descrever práticas colonialistas dos ouvintes que levam aos surdos narrar-se como se ouvintes fossem (SKLIAR, 1998, p. 15). Já a categoria “Surdidade” foi desenvolvida pelo pesquisador surdo Paddy Ladd, para situar a construção sociohistórica do ser surdo existencial como um “ser-no-mundo” (LADD, 2013, p. 28).

Essas duas categorias me serão úteis quando eu estiver realizando a pesquisa de campo para captação de dados a partir desse par analítico, não como uma navalha para cortar e deixar dados, mas para analisar como essa relação surdo-ouvinte, ouvinte-surdo, surdo-surdo se constitui em comunidades tradicionais quilombolas.

A partir da aprovação da lei 10.639/03, é possível identificar importantes pesquisas voltadas para análise da categoria quilombo numa relação com a educação, suscitando debates sobre a compreensão dos seus aspectos definidores e quais sejam suas dimensões. Essas informações são possíveis de serem investigadas a partir de dados apontados em dissertações e teses, pesquisas de âmbito nacional, revelando o estado da arte do que chamamos Educação e Relações Étnico-Raciais. Tais pesquisas propõem reflexões sobre questões da constituição identitária dos sujeitos quilombolas e suas relações com a educação escolar.

Nesse mesmo horizonte de busca, não foi possível vislumbrar a existência de pesquisa acadêmica em que pessoas surdas quilombola sejam sujeitos de pesquisas, o que reforça a originalidade e importância dessa pesquisa, conforme proponho.

Aproximando mais o campo teórico do estado da arte, é necessário dizer que, segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Bahia é o estado brasileiro com o maior número de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

A própria escolha do lócus da pesquisa e de sujeitos alvos dela são sinais da base teórica dos Estudos Decoloniais e de premissas por espaços sociais erguidos em contraposição ao processo de colonização, historicamente em curso no Brasil.

As comunidades quilombolas são compreendidas aqui a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, Resolução nº 8 CNE/CEB, de 20 de novembro de 2012, com especial foco na memória coletiva, das línguas remanescentes, das práticas culturais e da participação das pessoas surdas quilombolas.

São essas memórias coletivas e as línguas de sinais nosso foco principal da pesquisa e, para não ler esses construtos pelas lentes coloniais, utilizo categorias analíticas dos Estudos Decoloniais, por ora apresentadas pelas suas três (3) mais conhecidas: Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber e Colonialidade do Ser.

Aníbal Quijano (1992) nos convida a refletir como a estrutura colonial permanece produzindo efeitos para além da descolonização; trata-se da colonialidade, alicerçada na “racialização” e nas divisões raciais das relações de produção, encontrando no modelo “eurocentrado” um mecanismo de produção e controle do poder, das existências, das subjetividades e das formas de conceber o mundo, num processo contínuo da colonialidade do poder, do saber e do ser.

Já Nelson Maldonado-Torres (2007) defende que essa colonialidade do saber foi constituída numa lógica ontológica moderno-colonial, traçando uma linha de cor que diferencia o europeu do não europeu, um ser e outros não-seres como “fato da colonialidade” ou “fato da desumanização” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 83-84).

A pesquisadora decolonial Catherine Walsh acrescenta a categoria “cosmológica” como a quarta categoria da matriz quadri-dimensionada de la colonialidade (WALSH, 2009, p. 14), porque a colonialidade, enquanto teoria da morte, também busca dar fim ao projeto diaspórico-civilizacional.

Por isso, algumas categorias de análise da teoria sociológica e historiográfica também deverão ser interseccionadas para poder compreender as complexidades em que as comunidades quilombolas do Brasil se situam, como nos convida a pensar o quilombola Nego Bispo (2015) segundo o qual, para visibilizar os impactos da colonização nas comunidades tradicionais, devemos fazer dialogar os conceitos contra-colonização, colonização, etnia, raça e cor (BISPO, 2015, p. 20).

A Linguística Aplicada Crítica, enquanto campo que se renova a partir de atravessamentos e fricções de fronteiras disciplinares e que se preocupa com “as práticas sociais” (MOITA LOPES, 2006, p. 23), irá contribuir, sobremaneira, nesse trabalho, principalmente no objetivo específico de documentar a língua de sinais utilizada pelos sujeitos surdos da pesquisa que não sejam a Libras, que nesse trabalho estamos chamando de Língua de Sinais Quilombola.

Com esses aportes, e outros que surgirão durante a pesquisa, aliados à etnometodologia (COULON, 1995), buscarei descrever processos de inclusão educacional de pessoas surdas produzida “desde dentro” de comunidades quilombolas, focando nos processos que fundam membros, produzem símbolos de linguagem, reflexividade e novas experiências com/na educação.

## **METODOLOGIA**

Partindo da compreensão de que a realidade social é uma construção sociohistórica em que os sujeitos estão inseridos,

portanto, são produtos e produtores desta realidade, encontro na Etnometodologia a perspectiva teórico-metodológica para a condução desta pesquisa, assumindo que: “a etnometodologia é a pesquisa empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e, ao mesmo tempo, realizar as suas ações de todos os dias: comunicar-se, tomar decisões, raciocinar” (COULON, 1995).

A perspectiva metodológica proposta, neste sentido, é de natureza qualitativa e fundamentada na pesquisa participante. De acordo com Brandão (2006), na pesquisa participante, a partilha do saber envolve: questões teóricas, metodológicas e práticas diretamente relacionadas à participação ativa de pessoas e de grupos humanos na vida social cotidiana, nos processos de ação e de decisão política a respeito de suas vidas e de seus mundos de vida.

Este tipo de pesquisa envolve o campo das relações entre as diferentes modalidades de partilha, participação social e a construção de saberes e valores. Por essa razão, a pesquisa enquadra-se nesse formato, pois terá a participação direta e ativa das pessoas ouvintes e surdas quilombolas.

## **RESULTADOS**

A pesquisa ainda não apresenta resultados porque se encontra na sua parte inicial de levantamento da base teórica em confluência com a proposta do programa, suas linhas e suas disciplinas, levando, inevitavelmente, a reestruturação do projeto inicial.

Espera-se com essa pesquisa o alargamento teórico da língua de sinais no Brasil, pois será (re)contextualizada e atualizada em razão da confluência com o território quilombola e suas produções simbólicas.

## CONCLUSÕES EM TRÂNSITO

As palavras temporárias que utilizarei aqui como forma de realizar uma conclusão em trânsito é para manter a esperança de um pesquisador em início de sua trajetória de estudos e pesquisas em um programa de pós-graduação em Letras (Crítica Cultural), cujo empenho é que nossas pesquisas sejam partes indissociáveis de uma práxis linguístico-literária que, por um lado denuncie uma estrutura de significação que impõe uma lógica existencial que tenta anular e impedir outras lógicas de racionalidades, por outro lado sejam elas mesmas movimentos libertários por outras semiotizações.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Resolução CNE/CEB Nº 8*, de 20 de novembro de 2012 Brasília.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. p. 28. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4909/2020. Altera a Lei nº 9.394/1996 *para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos*. DF: Congresso Nacional, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=8898907&ts=1624882023567&disposition=inline>. Acesso em: 21 set. 2021.

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa Participante-O Saber da Partilha*. São Paulo, Editora Ideias & Letras 2006.

COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. *Educar em Revista [online]*. 2018, v. 34, n. 69 [Acesso 27 Outubro 2021], p. 193-207. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57234>. ISSN 0104-4060. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57234>.

LADD, PADDY. *Em busca da surdidade: Colonização dos Surdos*. Lisboa: Editora Surd'Universo, 2013.

PERLIN, G.T.T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: A aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

QUIJANO, A. *Colonialidad y Modernidad-razionalidad*. In: H. Bonillo (Org.), *Los conquistados* (pp. 437-449). Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992.

REBOUÇAS, Larissa Silva. A prioridade dos docentes surdos para ensinar a disciplina língua brasileira de sinais (LIBRAS) nas instituições de ensino superior após o decreto 5.626/2005 / Programa de pós-graduação em Educação da UFBA. — 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SKLIAR, C. (Org.). Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SCHMITZ, John Robert. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada [online]*. 2008, v. 8, n. 1 [Acesso 27 Outubro 2021], pp. 235-250. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982008000100011>. Epub 16 Abr 2013. ISSN 1984-6398. <https://doi.org/10.1590/S1984-63982008000100011>.

WALSH, C. (2013). Introducción-Lo Pedagógico y lo Decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, C.: *Tomo I: Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, serie Pensamiento Decolonial, p. 23-68.

